

riades em suas conferências (Heller, 1993). A “aventura” deste camponês era a do viver plantando oliveiras para seus netos, pensando no quanto eles iriam usufruir do horto, o que fazia, segundo ele, não por desprendimento, mas sim por prazer, porque via os arbustos crescerem. Do risco-aventura, enquanto *plot* de uma meta-narrativa sobre a tardo-modernidade, se pensássemos como o camponês de Castorides, passaríamos à aventura ética de plantar, mesmo sem a certeza de que alguém irá fazer uso daquilo que plantamos, todavia podendo desejar que alguém o faça. No caso não seria considerar o risco como ator histórico e, sim, considerar e aceitar a história como risco.

- BECK, U., 1992. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage Publications.
- DELEUZE, G., 1992. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- HARAWAY, D., 1999. Situated knowledges. In: *The Science Studies Reader* (M. Biagioli, ed.), pp. 172-188, New York: Routledge.
- HELLER, A., 1993. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VAZ, P., 1996. *O Corpo-Propriedade*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e da Mulher, Instituto Fernandes Figueira. (mimeo.)

José Ricardo de  
Carvalho Mesquita  
Ayres

Departamento de Medicina  
Preventiva, Faculdade de  
Medicina, Universidade de  
São Paulo, São Paulo, Brasil.  
jrcayres@usp.br

### Risco e imponderabilidade: superação ou radicalização da sociedade disciplinar?

É sempre um grande prazer e, na mesma medida, um desafio debater as contribuições conceituais que a Professora Mary Jane Spink tem trazido para o campo da saúde e das ciências sociais. No presente artigo, Spink nos deixa, uma vez mais, diante de uma série bastante rica e complexa de questões. Entre os diversos aspectos levantados, será necessário, claro, fazer um recorte que torne possível o diálogo no limitado espaço destinado a esses comentários. Nesse sentido, procurarei deter-me, fundamentalmente, na tese da transformação, na idéia de que, por trás das mudanças que a palavra risco foi experimentando ao longo de sua vida discursiva, existe uma ruptura significativa de condições/exigências de validade no horizonte normativo da modernidade.

A proposta de reflexão do artigo parte de um claro móvel prático: o desafio, ao mesmo tempo técnico, teórico-filosófico e ético, de

identificar as novas formas de sensibilidade social da chamada modernidade tardia, trazendo para o exame público, de forma mais positiva e livre, o modo como estamos, ou podemos estar, construindo nossa sociabilidade. Aponta, nesse sentido, para uma mudança importante, que seria o abandono de uma normatividade de caráter disciplinar, fixadora de regras, para outra, de caráter apenas regulador, criadora e disseminadora de subsídios para a tomada de decisões. Acrescenta a essa formulação a idéia de que, em oposição à primeira, de tendência mais organizativa-conservadora, este horizonte normativo recente seria mais vinculado à ação, à aposta, ao enfrentamento do imponderável, o “risco-aventura”.

Estou de acordo com a posição, solidamente sustentada pela autora, de que as sociedades modernas transitaram de formas de sociabilidade mais fortemente apoiadas numa contratualidade explícita, disciplinar, para outras, onde os modos de pactuar e exercer a coerção social estão distribuídos de forma pulverizada e internalizada nos indivíduos. Também concordo que o risco é, efetivamente, um elemento fundamental para essa passagem. Resta então, o desafio, proposto pela autora, de avaliar criticamente o significado desse “risco-aventura” nas sociedades ditas “pós-modernas”.

Pensada em relação ao móvel ético de uma sociedade solidária, livre e criadora, o que significa a penetrante idéia de gestão de riscos? De que “aventura” estamos falando quando sinalizamos positivamente o “expor-se a danos” por ousar, por fazer acontecer, desqualificando como “sonolenta” a opção por não correr riscos? Os exemplos trazidos pela autora me parecem muito fecundos em mostrar alguns elementos discursivos comuns e bastante poderosos. Fala-se do *indivíduo* quando se fala em gestão de risco, não de grupos, muito menos de comunidades – e a imagem (não autorizada) do operário solitário em plena megalópole é aqui emblemática. Mais, esse indivíduo é concebido sempre *contra o pano-de-fundo de um meio hostil*, desconhecido, no mínimo desafiante, no qual ele tem de *vencer*, vencer por *sua* ousadia, por *sua* coragem, por *sua* capacidade de ação. Para completar a “sagrada” trindade, a figura redentora de uma mercadoria – sempre uma tecnologia, um saber fazer – que garante que, afinal, esse indivíduo prevaleça, *seja preservado*, tenha... segurança(!).

Não sei se exagero no pessimismo, mas atentando bem para esse discurso, não me parece difícil reconhecer o “velho e bom” darwinismo social. Meio eclipsada a certa altura do século XX, pela maré vermelha das revoluções

socialistas, ou pelo brilho caro do Estado do bem-estar social, a perspectiva ideológica da existência como atualidade da saga particular dos indivíduos (tecnologicamente) mais competentes parece cruzar toda a Modernidade, desde o período clássico – com as promessas onipotentes das Luzes – até o nascente século XXI – com sua extraordinária capacidade de processar probabilidades. Mesmo quando no matricial pensamento bio-evolucionista, a idéia de competição indivíduo-meio-indivíduo já está largamente superada, prestando-se mais e mais atenção para a interdependência e a cooperação na transformação das formas de vida como ideologia social, o darwinismo parece ainda muito vivo e eficaz. É como porta-voz dessa ideologia que a onipresença e a onipotência mercadológica do discurso do risco me parece mais compreensível. Nem liberdade, nem criatividade: faça-se, sem pensar; faça você e consuma o “como fazer” (tecnó-logos) para ser vitorioso. Portanto, disciplina ainda, a pior delas, aquela cuja finalidade conhecemos cada vez menos e contra a qual se torna mais e mais difícil se rebelar, à medida que ela vai se tornando menos e menos visível e, portanto, menos acessível ao pensamento, conforme o diagnóstico “melancólico” dos Frankfurtianos.

Mas não se preocupe a autora, que o efeito da reflexão que tão agudamente nos traz com seu artigo, não me leva a um diagnóstico fatalista e paralisante. Ainda com a Escola de Frankfurt, vejo no pessimismo filosófico apenas a outra face de um otimismo prático incorrigível (espero). É que, até onde consigo pensar a questão, se não estivermos atentos para o “risco-espetáculo” – tão bem representado por *No Limite*, recente sucesso de Ibope – atrás, através e para além do risco-aventura, vamos apenas continuar perdendo vidas jovens nos esportes radicais (esses sim, sem qualquer possibilidade de cálculo e gestão de danos) e podemos perder chances preciosas de pensar o indivíduo como o inseparável par “eu-outro”, de conceber a felicidade não “contra o mundo”, mas “no mundo e pelo mundo” e de construir o conhecimento não como simples mercadoria para consumo de êxitos técnicos mas, fundamentalmente, como poética social de sucessos práticos.

*Simone Monteiro,  
Elizabeth  
Moreira dos Santos*

*Instituto Oswaldo Cruz,  
Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, Brasil.  
msimone@ioc.fiocruz.br*

*Departamento de  
Endemias Samuel  
Pessoa, Escola Nacional  
de Saúde Pública,  
Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, Brasil.  
bmoreira@ensp.fiocruz.br*

### **Naturalização do risco: do molde à modulação?**

A estrutura híbrida do campo da saúde pública (saberes e práticas), as características de sua produção teórica e a importância da categoria risco na informação de sua vertente intervencionista, fazem deste debate um exercício de encantamento e razão. O jogo de desconstrução da argumentação para atá-la em novos níveis de abstração, recuperando fios e diferenciando dimensões e significados, dão o sentido de pertinência de nossa prática ao mundo contemporâneo. É daí que estamos falando, da prática intelectual, de um campo sem limites setoriais e da possibilidade de teorização sobre os usos de linguagem de uma noção que operacionaliza em instâncias coletivas (como no caso da gestão ambiental) e individual (como no caso da incorporação de comportamentos saudáveis). Nesse sentido, podemos dizer que o texto de Mary Jane Spink, *Trópicos dos Discursos sobre Risco: Risco-Aventura como Metáfora na Modernidade Tardia* é, sem dúvida, um ensaio instigante.

Tendo por base a descrição dos sentidos históricos do conceito de risco, a autora procura demonstrar que “a noção de risco, entendida na perspectiva da linguagem em uso, permite explorar as mudanças que vêm ocorrendo nas formas de controle social”, interpretadas como a transição da sociedade disciplinar (característica da modernidade clássica) para a sociedade de risco (identificada na modernidade tardia). Fundamentada nesse ponto de vista, a autora tece considerações sobre as atuais formas de destradicionalização do risco e define o seu termo argumento, o *risco aventura*, para “enfatizar um deslocamento importante dos sentidos modernos do risco que recuperam a aventura como dimensão positivada da gestão de riscos”. Teoricamente é a noção de repertório interpretativo (Potter & Wetherell, 1987) que fundamenta a análise das figuras de linguagem, que no texto explicitam os movimentos (síntese e reposicionamento) das mudanças de sentido observadas no uso de risco na linguagem, seja através de sua dimensão institucionalizada como discursos cristalizados, seja na perspectiva dinâmica do uso no contexto das práticas discursivas. Trata-se de uma forma específica de análise narrativa.

Uma transposição lógica do texto nos parece problemática. A imbricação nos usos de linguagem do risco (tomando por base de pesquisa os textos referidos pela autora) com a análise